

REABERTURA DO CONGRESSO

259

O GLOBO

1 AGO 1983

Maioria na Câmara e evolução da dissidência, os problemas do PDS

1 AGO 1983

BRASÍLIA (O GLOBO) — Se o primeiro semestre transcorreu tranquilo e monótono para o Congresso, o período que se inicia hoje, com a reabertura dos trabalhos do Congresso (apenas o Senado programou sessão na Câmara não haverá plenário) promete movimentação, instabilidade e muita negociação, tanto no interior dos partidos como na vida interpartidária. Para o PDS, dois desafios são imediatos: consolidar o acordo com o PTB, para assegurar a maioria na Câmara, e avaliar a real extensão do movimento dissidente que disputou a última Convenção Nacional.

Esses dois objetivos exigirão, dos líderes e da direção partidária, sensibilidade e dedicação redobradas, sob pena de verem aflorar no partido novos desdobramentos da insatisfação. A interinidade presidencial,

segundo os políticos, também concorre para o aumento da instabilidade do Legislativo, pois sabem os parlamentares que não será feita qualquer mudança estrutural nesse período, apesar da boa vontade de Aureliano Chaves para com o Parlamento.

O acordo PDS-PTB, embora as duas partes pretendam mantê-lo, ainda continua nebuloso. Mesmo que o Governo atenda às três reivindicações de Ivete Vargas (autonomia de Santos, estabilidade de emprego e controle de preços), poderá ter dificuldades para aprovar o Decreto-Lei 2045, caso o movimento dissidente se indisponha contra ele. Mesmo fechado o acordo, lembram os políticos que o próprio PTB está desunido, não havendo o grupo do Rio participado da última reunião do Diretório Nacional, que deu plenos poderes à Executiva e à Deputada Ivete Vargas. A concessão da autonomia de Santos, isoladamente provocaria insatisfação em deputados comprometidos em lutar pela autonomia de ou-

trois municípios, mas a distribuição de cargos intermediários ao PTB, sem uma contrapartida ao PDS, poderia agravar a insatisfação dos dissidentes, embora a essa altura, como explica o Deputado Antônio Mazurek, estejam mais preocupados com a participação nas decisões.

A direção partidária, cumpre sobretudo absorver o movimento dissidente, reduzindo-o a um fato esgotado à Convenção. A posição dos membros do grupo, entretanto, parece não caminhar nesse sentido, embora o esforço do Deputado Homero Santos comece a esfriar-lhes os ânimos. O Deputado Antônio Mazurek, ativo participante da chapa, informou ontem que eles têm conversado, sem reuniões formais, e que o sentimento geral é de que "o movimento Participação deverá ser institucionalizado". Mazurek, bem como Amaral Neto, tem todavia afirmado que "o movimento deverá ser guiado pelo bom-senso, não se radicalizando irresponsavelmente". Analisar cada matéria em separado, antes de deci-

dir como votar, é uma premissa que deverá prevalecer na primeira reunião do grupo, marcada para esta semana. No caso do Decreto-Lei, embora todos lhe façam restrições, deverá ser pesada a importância do assunto para a manutenção dos compromissos com o FMI.

— Tudo vai depender da forma como o Governo se conduzir daqui para a frente. Estamos sensibilizados pelo comportamento do Deputado Homero Santos, que tem falado uma linguagem próxima da nossa, defendendo a necessidade de participação — disse Mazurek.

Homero Santos, que tem prometido o exercício do timpano como arma para unificar o partido, parece estar colhendo os primeiros trunfos, mas infelizmente terá mais peso o comportamento do Palácio do Planalto. E o Presidente do partido, Senador José Sarney, tem feito sucessivas advertências para que o partido "não entre em colisão com o Governo".